

ORIENTAÇÃO GERAL Nº 003/2022

NOTIFICANTE: SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO PROCON MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC

NOTIFICADOS: Todos os Postos Revendedores de Combustíveis Automotivos situados no Município de Navegantes/SC

O **SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO PROCON DE NAVEGANTES/SC**, no exercício das atribuições legais conferidas pelo art. 2º, inciso V da Lei Complementar Municipal nº 193/2013,

CONSIDERANDO a situação de paralizações e bloqueios realizados em rodovias federais e estaduais em razão de questões políticas;

CONSIDERANDO, que a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), em seu art. 39, inciso X, considera como prática abusiva “elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços”;

CONSIDERANDO que o Decreto 2.181/97, para a imposição de pena às práticas infrativas, considera circunstância agravante “ser a conduta praticada aproveitando-se o infrator de grave crise econômica ou da condição cultural, social ou econômica da vítima, ou, ainda, por ocasião de calamidade”.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), em seu art. 4º, caput, estabelece como objetivo da Política Nacional das Relações de Consumo, dentre outras, a “transparência e harmonia das relações de consumo”;

CONSIDERANDO, ainda, que a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), também em seu art. 4º, no inciso III, prevê, como princípio básico das relações de consumo, a “harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores”;

Vem, através do presente, com fulcro no art. 55, §4º, da Lei nº 8.078 de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), **RECOMENDAR E ORIENTAR** aos estabelecimentos, que:

1. **Não apliquem aumentos excessivos e sem justa** causa nos combustíveis revendidos, sob pena de imposição de multa;

2. Continuem trabalhando com a margem de lucro que até então o estabelecimento vem aplicando sobre tais produtos, sob pena de, em eventual alteração deste fator, restar configurada prática abusiva contra o consumidor;

3. Ainda, também através do presente, vem **INFORMAR** aos estabelecimentos que, considerando a situação excepcional vivida (**E APENAS ENQUANTO PERDURAR TAL SITUAÇÃO**), não restará caracterizada qualquer infração bem como **não será** configurada prática abusiva a **limitação quantitativa** de venda de combustíveis (e somente destes) por veículo.

Para justificar, isso se deve ao fato de que as normas do Código de Defesa do Consumidor não resguardam apenas os interesses dos consumidores em relação aos fornecedores, mas também nas relações dos consumidores entre si.

Logo, quando apenas um consumidor realiza uma compra de grande quantidade (excessiva) de produto que tenha potencial de escassez, que ultrapassa sua necessidade normal e individual, está afetando e prejudicando todos os demais consumidores do meio em que vive.

É justamente em razão deste cenário hipotético que é aceitável limitar a venda de tais produtos a certa quantidade por cliente, com o intuito de que uma maior parcela da população possa ter acesso ao mesmo.

Navegantes/SC, 01 de novembro de 2022.

LUIZ FELLIPE BUENO OLIVEIRA
Fiscal de Defesa do Consumidor
Matrícula nº 63647001